

Hélder José Veladas Patinho — 12,87 valores
 Ana Maria da Mata Paixão — 12,63 valores
 Marco Daniel Silveira Machado — 12,60 valores
 Fábio José Sarilho Vital — 12,57 valores
 Fernando Manuel Carriço Batalha — 12,43 valores
 Helena Isabel Rosmaninho Nobre — 12,43 valores
 Deolinda João Pereira Zacarias — 12,30 valores
 Denisa Sofia Ferreira Maia — 12,00 valores
 Milene Cristina Mira Rodrigues — 11,67 valores
 Maria Inês Sequeira Campos — 11,53 valores
 João Paulo Manços Alberto — 11,53 valores
 Eleonora Marques da Silva Naia — 11,22 valores
 Luís Filipe Faustino Rasgado — 11,07 valores
 Martinho Joaquim Fialho Baetas — 11,07 valores
 Elisabete Maria Viana Pinto Fadista — 10,93 valores
 Teresa Cristina Fernandes da Silva Cetra — 10,93 valores
 Ana Patrícia Frango Fernandes — 10,80 valores
 Mónica Paula Ribeiro Parreira Guerreiro Dias — 10,63 valores
 Paulo Jorge Alves Percheiro — 10,47 valores
 Joaquim Manuel Zambujo Pires — 10,47 valores
 Ana Maria Caeiro Garrido *a)*
 Duarte Nuno Mata Baião *a)*
 Francisco José Rebolo da Silva Santos *a)*
 Gustavo Alexandre Pereira Tavares *a)*
 Henrique Jorge Gomes Marcelo Bastos *a)*
 João Miguel Baião Magalhães *a)*
 José Manuel Amaral Pereira *a)*
 Luís Vasco da Silva Santana Louro *a)*
 Ricardo Ivo Enteadro Rodrigues *a)*

Obs.: *a)* Candidato excluído "C Por não ter comparecido à Entrevista Profissional de Seleção.

18 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, *Norberto António Lopes Patinho*.

306264438

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Aviso n.º 10127/2012

Conclusão do período experimental

Para os devidos efeitos e de acordo com o preceituado no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com artigo 75.º e 76.º, do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro e estando os trabalhadores abrangidos pelo Acordo Coletivo n.º 1/2009, de 28 de setembro e bem como pelo Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de março, torna-se público que foram homologados pelo Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, em 12 de julho de 2012, a conclusão com sucesso do período experimental dos seguintes trabalhadores:

Daniel Sousa Pereira, Técnico Superior de Gestão Protocolar e Comunicação Social e Maria Sofia Rodrigues Macedo, técnica superior de Gestão de Desporto na sequência do procedimento concursal comum, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 117 de 20 de junho de 2011.

18 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel José Torcato Soares Baptista*.

306261327

Aviso n.º 10128/2012

Cessação de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público a cessação de relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação, dos trabalhadores:

Joaquim Augusto Oliveira Sampaio, na carreira de Assistente Operacional, com efeitos a partir de 1 junho de 2012; Artur Henriques Pereira, na carreira de Assistente Operacional, com efeitos a partir de 1 de julho de 2012.

Nos termos do mesmo diploma legal, se torna público a cessação por exoneração do contrato a tempo indeterminado do Médico Veterinário

Municipal, Dr. Manuel Marques Moroso, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2012.

18 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel José Torcato Soares Baptista*.

306261295

MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Aviso n.º 10129/2012

Comunicação de Início de Funções e Designação dos Membros do Júri do Período Experimental do Técnico Superior (Gestão de Empresas) — João Filipe E. Casinha

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que no seguimento do recrutamento excecional de um trabalhador para o preenchimento de posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Técnico Superior (Gestão de Empresas), com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal aberto mediante deliberação de Câmara de 03/11/2010 e publicitado pelo Aviso n.º 11401/2011, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 99, de 23 de maio, foi celebrado em 06/06/2012, com início de funções a 11/06/2012, CTFP — tempo indeterminado, na carreira de Técnico Superior (Gestão de Empresas), com João Filipe Esteves Casinha, tendo ficado na 2.ª posição — nível 15, correspondente a 1.201,48€. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, foi designado por meu despacho de 11/06/2012, o seguinte Júri do período experimental:

Presidente do Júri: José Alberto Viegas Oliveira, Chefe da Divisão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz;

Vogais efetivos: Nelson Fernando Nunes Galvão, Chefe da Divisão de Administração geral do Município de Reguengos de Monsaraz, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Maria do Carmo Margalha Dorropio, técnica superior (Contabilidade e Auditoria) do Município de Reguengos de Monsaraz;

Vogais suplentes: Sónia Sofia Cardoso Almeida, técnica superior (Ciências do Ambiente) do Município de Reguengos de Monsaraz e João Paulo Passinhas Batista, Técnico Superior (Gestão Autárquica) do Município de Reguengos de Monsaraz.

10 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Gabriel Paixão Calixto*.

306248943

Aviso n.º 10130/2012

Comunicação de Início de Funções e Designação dos membros do Júri do Período Experimental das Assistentes Operacionais — Auxiliares de Ação Educativa

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que no seguimento do recrutamento excecional de três trabalhadores para o preenchimento de posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal aberto mediante deliberação de Câmara de 27/01/2010 e publicitado pelo Aviso n.º 8774/2010, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de abril, foi celebrado em 06/06/2012, com início de funções a 11/06/2012, CTFP — tempo indeterminado, na carreira de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), com Maria de Lurdes Romeirão Simões Palma, Fernanda Maria da Silva Fialho e Ana Paula Serrano Babinha Moleiro, todas posicionadas na 1.ª posição remuneratória — nível 1, correspondente a 485€. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, foi designado por meu despacho de 11/06/2012, o seguinte Júri do período experimental:

Presidente do Júri: João Paulo Passinhas Batista, Técnico Superior (Gestão Autárquica) do Município de Reguengos de Monsaraz;

1.º Vogal Efetivo: Maria José Cidade Caeiro Sardinha, Coordenadora Técnica do Município de Reguengos de Monsaraz, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efetivo: Augusto Manuel Costelas Cameirão, Assistente Operacional do Município de Reguengos de Monsaraz;

1.º Vogal Suplente: Josefina Rosa Bico Medinas dos Santos, Assistente Operacional do Município de Reguengos de Monsaraz;

2.º Vogal Suplente: Cátia Isabel Carvalho Lopes, técnica superior (Gestão de Recursos Humanos) do Município de Reguengos de Monsaraz;

10 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Gabriel Paixão Calixto*.

306248902

Aviso n.º 10131/2012

Comunicação de Início de Funções e Designação dos Membros do Júri do Período Experimental da Assistente Operacional (Jardineiro) — Nélia Susana Santos Rosa

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que no seguimento do recrutamento excecional de um trabalhador para o preenchimento de posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Assistente Operacional (Jardineiro), com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal aberto mediante deliberação de Câmara de 27/01/2010 e publicitado pelo Aviso n.º 8774/2010, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 23 de abril, foi celebrado em 06/06/2012, com início de funções a 11/06/2012, CTFP — tempo indeterminado, na carreira de Assistente Operacional (jardineiro), com Nélia Susana Santos Rosa, tendo ficado na 1.ª posição — nível 1, correspondente a 485€. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, foi designado por meu despacho de 11/06/2012, o seguinte Júri do período experimental:

Presidente do júri: Nuno Miguel Antunes Lourenço, Técnico Superior (Eng.ª Agroflorestal) do Município de Reguengos de Monsaraz;

1.º Vogal Efetivo: José Francisco Queimado Alfaiate, Assistente Operacional (Jardineiro) do Município de Reguengos de Monsaraz, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efetivo: Manuel Jacinto Amador da Silva, Assistente Operacional (Jardineiro) do Município de Reguengos de Monsaraz;

1.º Vogal Suplente: Sónia Sofia Cardoso Almeida, técnica superior (Ambiente) do Município de Reguengos de Monsaraz; e,

2.º Vogal Suplente: Nestor Falé Fialho, Encarregado do Município de Reguengos de Monsaraz.

10 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Gabriel Paixão Calixto*.

306248781

Aviso n.º 10132/2012

Comunicação de Início de Funções e Designação dos Membros do Júri do Período Experimental do Técnico Superior (Ciências Sociais) — José Luís Janeiro de O. Merca

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que no seguimento do recrutamento excecional de um trabalhador para o preenchimento de posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de Técnico Superior (Ciências Sociais), com recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal aberto mediante deliberação de Câmara de 11/08/2010 e publicitado pelo Aviso n.º 25378/2010, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 6 de dezembro, foi celebrado em 06/06/2012, com início de funções a 11/06/2012, CTFP — tempo indeterminado, na carreira de Técnico Superior (Ciências Sociais), com José Luís Janeiro de Oliveira Merca, tendo ficado na 2.ª posição — nível 15, correspondente a 1.201,48€. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, foi designado por meu despacho de 11/06/2012, o seguinte Júri do período experimental:

Presidente do Júri: Sónia Maria Medinas Canhão Cavaco, técnica superior (Ciências Sociais) do Município de Reguengos de Monsaraz;

Vogais efetivos: Nelson Fernando Nunes Galvão, Chefe de Divisão da Administração Geral do Município de Reguengos de Monsaraz, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Manuel João Sapatinha Rodrigues, Técnico Superior (Investigação Social Aplicada) do Município de Alandroal;

Vogais suplentes: João Paulo Passinhas Batista, Técnico Superior (Gestão Autárquica) do Município de Reguengos de Monsaraz; e, Sónia Sofia Cardoso Almeida, técnica superior (Ciências do Ambiente) do Município de Reguengos de Monsaraz.

10 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Gabriel Paixão Calixto*.

306248749

MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

Aviso n.º 10133/2012

Para os devidos efeitos, se torna público que, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com o n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, adaptado à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, foi concluído com sucesso o período experimental do trabalhador contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, Hermano José Brum Gomes, com a categoria de Assistente Operacional (coveiro)/Carreira Geral de Assistente Operacional, em 30 de junho de 2012.

16 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Ramos Macedo da Silva*.

306257553

MUNICÍPIO DA SERTÁ

Aviso n.º 10134/2012

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado — contrato a termo resolutivo certo para um posto de trabalho de técnico superior (Administração Pública).

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com os artigos 6.º, 7.º e 50.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e n.º 2, do artigo 4.º e n.º 1, do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e n.º 2, do artigo 46.º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para 2012, torna-se público, que na sequência de deliberação favorável do órgão executivo de 13 de junho de 2012 e do órgão deliberativo de 30 de junho de 2012, se encontram abertos, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimentos concursais comuns para ocupação de 1 (um) posto de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, para o Setor de Contabilidade, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, pelo período de um ano eventualmente renovável até ao limite legal.

2 — Legislação Aplicável: O presente procedimento reger-se-á pelas disposições contidas nos seguintes diplomas:

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro; na sua atual redação;

Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril;

Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, na sua redação atual;

Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;

Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;

Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro.

3 — Local de Trabalho: Área do Município da Sertá.

4 — Caracterização do posto de trabalho:

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

5 — Posicionamento remuneratório: A remuneração será determinada com base no Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho e na Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, conforme o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. O posicionamento do trabalhador a recrutar será objeto de negociação com a entidade empregadora, Município de Sertá, e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal. Esta negociação encontra-se sujeita às determinações constantes do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31